

Apresentação

No artigo que abre o presente volume, Pablo Pavesi, da Universidade de Buenos Aires, desenvolve uma acurada e elegante análise da analogia, presente nas *Quintas Respostas* de Descartes, entre a semelhança ego-Deus e a semelhança obra-pintor, destacando o papel central que o artista evocado como exemplo – Apeles de Cós – desempenha na argumentação cartesiana. Pablo Pavesi sustenta que a obra de Apeles é a única que pode sustentar a analogia com a ideia de Deus e que esta analogia refere-se a uma obra particular de Apeles, a mais célebre, cuja descrição por parte de Plínio era e permanece um *locus classicus*. Essa obra seria, em primeiro lugar, a única que não representa nem tem a pretensão de representar outra coisa que não seja a marca do Artífice, sendo, em segundo lugar, a única que, como a ideia de Deus, contém, após seis séculos de interpretações, toda a perfeição concebível, isto é, toda perfeição da arte passada e ainda por vir.

No artigo seguinte, Telma Birchal trata do dilema moral presente em um opúsculo de Diderot e mostra em que medida ele pode ser visto como uma variação do tema cartesiano do bom senso. Segundo a autora, o apelo à razão e ao exercício do juízo é acompanhado, em Descartes, de uma certa desconfiança acerca da clarividência daquele que julga sobre o verdadeiro e o falso. O mesmo pode ser encontrado, de acordo com ela, no texto de Diderot que trata da decisão sobre o bem e o mal. Ela intenta mostrar em seu texto que Diderot constrói uma solução original para garantir o exercício autônomo do juízo moral e que esta se encontra mais na forma literária da *Conversa* do que propriamente em seu conteúdo.

No terceiro artigo, Patrícia Kauark-Leite discute, a partir de um ponto de vista kantiano, algumas das condições de limitação impostas pela teoria quântica à razão humana em relação à forma através da qual nosso conhecimento molda a realidade. Ela tenta estabelecer em que sentido a perspectiva transcendental que Kant mantém em relação à física clássica pode ser mantida em relação à física quântica.

Túlio Roberto de Xavier Aguiar, no quarto artigo, reflete acerca das posições empiristas sobre o conceito de Lei da Natureza em vista da dificuldade resultante para essas posições em função de sua recusa em admitir fatos e propriedades modais como pertencendo à realidade objetiva. Ele mostra que essa recusa acarreta inevitavelmente a perda da possibilidade de identificar a objetividade das leis como sendo inteiramente independente do nosso aparato cognitivo. Partindo da teoria de David Lewis e dos desenvolvimentos desta implementados por Barry Loewer, Túlio Aguiar argumenta que, apesar dessa dificuldade, a versão sistêmico-empirista das leis da natureza de fato possui um grande apelo do ponto de vista epistemológico e permite explicar a metafísica dos graus de contingência como distância dedutiva do chamado *melhor sistema* – aquele com o melhor equilíbrio entre força e simplicidade.

Finalmente, no último artigo do presente número, Cícero Antonio Cavalcanti Barroso discute a interpretação de Kripke de enunciados de identidade do tipo “ $a=b$ ”, onde ‘ a ’ e ‘ b ’ são nomes próprios, como enunciados de autoidentidade. Cícero Barroso apresenta as razões que levam Kripke a adotar essa posição e tenta mostrar, a partir de alguns exemplos, que não é correto empregá-la irrestritamente. Ele apresenta, então, alguns argumentos que, segundo ele, indicam haver pelo menos dois tipos de contexto de interpretação de enunciados de identidade do tipo “ $a=b$ ”. Em um tipo, deve-se empregar a interpretação kripkiana e, no outro, deve-se empregar uma interpretação segundo a qual enunciados de identidade do tipo “ $a=b$ ” são enunciados a respeito dos nomes ‘ a ’ e ‘ b ’, ou a respeito de pelo menos um deles.

Edgar Marques